



9
[Handwritten signature]

Ata da reunião ordinária n.º 02 de 29 de fevereiro de 2016
da Junta de Freguesia da Vila de Capelas

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Capelas e na sala para este fim destinada, reuniu, em sessão ordinária, a Junta de Freguesia de Capelas sob a Presidência de Rui Alexandre Barbosa de Sousa, com os vogais Norberto Manuel Rodrigues da Costa (Secretário) e Carla Alexandra Melo Reis (Tesoureira).

O Senhor Presidente saudou todos os membros do Executivo e agradeceu a sua presença na reunião, declarando de seguida aberta a reunião às vinte horas.

Previamente agendada para as dezoito horas e trinta minutos, a hora de início da reunião foi adiada uma vez que o Senhor Presidente se encontrava presente na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, que decorreu na mesma data e se prolongou até às dezanove horas e trinta minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente declarou aberto o período antes da ordem do dia com vista à apreciação da Junta sobre a Moção "Valorização de aprendizagens inovadoras e inclusivas na Escola Básica Integrada de Capelas" apresentada na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, decorrida à data desta reunião de Junta. O Senhor Presidente solicitou à Senhora Tesoureira que realizasse a leitura do documento em voz alta.

Lida a moção, o Senhor Presidente informou os restantes membros do Executivo que a mesma obteve o seu voto a favor na Assembleia Municipal, uma vez que defende qualquer solução (construção ou requalificação) para a Escola Básica Integrada de Capelas, nunca podendo apresentar um voto contra.

Apreciada a moção, a Junta considera que todas as diligências e ações que beneficiem as infraestruturas e condições sociais e humanitárias daquela instalação escolar são manifestamente prezadas e aprovadas. Ademais, independentemente da decisão governamental elevam-se necessidades prementes, nomeadamente a segurança e bem-estar de toda a comunidade escolar.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia, sendo vinte horas e trinta minutos.

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA

Pelo senhor Secretário foi dado a conhecer aos restantes membros do Executivo o ponto de situação dos trabalhos e tarefas em curso e/ou executadas nas últimas semanas:

- Manutenção e limpeza dos arruamentos da Vila;
- Arranjo do miradouro do Maranhão com montagem de placa de identificação;
- Manutenção do bebedouro do Marujo com montagem de placa de identificação;
- Pintura do chafariz da Rua da Pedreira;
- Reparação do telhado com retelho da Ermida do Anjo da Guarda;
- Limpeza de resíduos (plásticos) existentes na Grotta do Cadima devido às enxurradas que se verificaram no passado mês de janeiro;
- Recolha de monstros em vários arruamentos da Vila;
- Limpeza e manutenção das seguintes zonas: Caminho da Faustina, Pávoa, Canada dos Dezoito, Caminho das Fontes, Caminho das Pias e Caminho do Morro;
- Correção dos contadores de água do Edifício da Sede do Capelense Sport Clube e da Banda União dos Amigos que se encontravam trocados;
- Colaboração na limpeza da fossa do Bar do Capelense Sport Clube;
- Continuação da construção dos muros no Caminho das Pias;
- Reparação do início da rampa de acesso às Pias com colocação de cascalho/bagacina;
- Limpeza e manutenção do Trilho das Pias após as enxurradas do passado mês de janeiro;
- Construção de rampa de acesso a pessoa com mobilidade limitada em moradia sita à Rua do Sertão;
- Manutenção do Cemitério com reparação de sepulturas;
- Reparação do corrimão do barco no Miradouro do Navio;
- Manutenção dos espaços verdes da Rua do Sertão;
- Início do alteamento do muro no espaço circundante às moradias na zona do Sertão onde decorre a requalificação daquele espaço – futuro parque recreativo exterior do Sertão;
- Distribuição de raticida.

PONTO 2 – EBI DE CAPELAS – DELIGÊNCIAS DA JUNTA DE FREGUESIA

O Senhor Presidente fez saber que no passado dia 15 de fevereiro reuniu com o Senhor Secretário Regional da Educação, Dr. Avelino Meneses e com a Senhora Diretora Regional da Educação, Dra. Fabíola Cardoso, com o intuito de apresentar algumas soluções na perspectiva desta Junta que deveriam ser avaliadas e consideradas na intervenção a levar a cabo pelo Governo Regional dos Açores na EBI de Capelas.

Foram colocadas à consideração do Senhor Secretário as seguintes propostas:

- Não construir o Bloco D no mesmo local por estar muito próximo de uma unidade hoteleira;
- Efetuar um reenquadramento do acesso dos autocarros à entrada na escola;
- Construção de um novo parque de estacionamento para autocarros e para as viaturas do corpo docente e não docente;
- Abertura de uma nova via desde a Rua do Navio a passar entre a divisão da Escola Profissional de Capelas e o pavilhão desportivo atual, podendo ser igualmente estudada a hipótese de se fazer uma ligação à Rua da Formação Profissional;
- Adaptação do pavilhão desportivo para as dimensões adequadas para a prática de provas oficiais, para uso no contexto escolar e com acesso alternativo e aberto à comunidade;
- Agregação de recursos pela partilha de instalações com a Escola Profissional de Capelas, por exemplo, no que diz respeito às oficinas de trabalhos manuais;
- Manutenção do auditório existente e a criação de acessos para abertura à comunidade;
- Aproveitamento de um espaço a ceder ao Grupo Folclórico para área de convívio e de ensaios;
- Melhoramento da circulação do trânsito em frente da escola;
- Enquadramento do projeto da EBI de Capelas com o projeto de requalificação da entrada nascente da Vila de Capelas (Rua do Rosário), obra a cargo da Secretaria Regional do Turismo e Transportes.

Por fim, o Senhor Secretário afirmou que, apesar dos protestos e manifestações de descontentamento que se têm feito sentir, após a intervenção do Governo Regional, a EBI de Capelas ficará como nova. Mais informou que os estudos que estão a ser realizados permitirão ao Governo Regional decidir quais as infraestruturas que poderão ser reaproveitadas e quais as que serão demolidas.

PONTO 3 – PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL (DL N.º 013/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo a 1.ª alteração orçamental ao Orçamento de 2016, efetuada no dia 04 de fevereiro de 2016. A alteração orçamental consistiu no seguinte:

1. Na rubrica “01.01.09 – Pessoal em qualquer outra situação”, com dotação atual de 18.180,00 € (dezoito mil, cento e oitenta euros), reforçou-se com 909,00 € (novecentos e nove euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 19.089,00 € (dezanove mil, oitenta e nove euros);
2. Na rubrica “01.01.14 – Subsídio de Férias e de Natal”, com dotação atual de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros), reforçou-se com 50,00 € (cinquenta euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 4.550,00 € (quatro mil, quinhentos e cinquenta euros);
3. Na rubrica “01.02.14 – Outros Abonos em numerário ou espécie”, com dotação atual de 2.800,00 € (dois mil e oitocentos euros), reforçou-se com 317,10 € (trezentos e dezassete euros e dez cêntimos), ficando esta rubrica com a

12
[Handwritten signature]

- dotação corrigida de 3.117,10 € (três mil, cento e dezassete euros e dez cêntimos);
4. Na rubrica "01.03.05.02.02 – Segurança Social – Regime Geral", com dotação atual de 2.550,00 € (dois mil, quinhentos e cinquenta euros), reforçou-se com 50,00 € (cinquenta euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 2.600,00 € (dois mil e seiscentos euros);
 5. Na rubrica "01.03.05.03.01 – Segurança Social – Regime Geral", com dotação atual de 6.200,00 € (seis mil e duzentos euros), reforçou-se com 431,00 € (quatrocentos e trinta um euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 6.631,00 € (seis mil, seiscentos e trinta e um euros);
 6. Na rubrica "02.02.03 – Conservação de Bens", com dotação atual de 2.000,00 € (dois mil euros), reforçou-se com 600,00 € (seiscentos euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 2.600,00 € (dois mil e seiscentos euros);
 7. Na rubrica "02.02.25 – Outros Serviços", com dotação atual de 8.440,00 € (oito mil, quatrocentos e quarenta euros), retirou-se 2.357,10 € (dois mil, trezentos e cinquenta sete euros e dez cêntimos), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 6.082,90 € (seis mil, oitenta e dois euros e noventa cêntimos);
 8. Na rubrica "07.01.11 – Ferramentas e Utensílios", com dotação atual de 1.000,00 € (mil euros), retirou-se 400,00 € (quatrocentos euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 600,00 € (seiscentos euros);
 9. Na rubrica "07.01.15.01 – Aquisição de projetores de iluminação", com dotação atual de 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros), reforçou-se com 400,00 € (quatrocentos euros), ficando esta rubrica com a dotação corrigida de 5.900,00 € (cinco mil e novecentos euros).

Tendo o assunto sido apreciado, a Junta deliberou, por unanimidade, ratificar a presente alteração orçamental.

PONTO 4 – ADJUDICAÇÃO DAS OBRAS DE BENEFICIAÇÃO E EXECUÇÃO DE RAMPA NA MORADIA SITA À RUA DO MARANHÃO N.º 56 (DL N.º 014/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo, um orçamento da empresa "Raimundo Viveiros Rego", destinado a obras de beneficiação e execução de uma rampa na moradia sita à Rua do Maranhão n.º 56.

Analisado o orçamento, a Junta deliberou, por unanimidade, adjudicar a prestação de serviços àquela empresa, pelo valor de 7.481,52 € (sete mil, quatrocentos e oitenta e um euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA. Esta despesa está enquadrada no âmbito do protocolo estabelecido com a Direção Regional da Habitação da Secretaria Regional da Solidariedade Social e esta Junta de Freguesia.

PONTO 5 – PROGRAMA RECUPERAR N.º 1359/2016 (DL N.º 015/2016)

No âmbito da candidatura ao Programa RECUPERAR, Proj. n.º 1359/2016, esta Junta de Freguesia solicitou seis ocupados, cinco com qualificações inferiores ou iguais ao

9.º ano de escolaridade e um com o grau de licenciado, para desempenho de serviços nas áreas de intervenção da autarquia.

Uma vez que os inscritos com licenciatura na Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, não tinham formação na área que esta Junta de Freguesia pretendia, solicitou-se então a alteração da candidatura para a integração de um ocupado com habilitações literárias ao nível do 12.º ano de escolaridade.

Neste sentido, o encargo a assumir pela Junta de Freguesia com aquele ocupado passa a ser de 165,21 € (cento e sessenta e cinco euros e vinte e um cêntimos).

PONTO 6 – APOIO AO LANÇAMENTO DO LIVRO DO CANTADOR DAS CAPELAS JOÃO LUÍS “MARIANO” (DL N.º 016/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo um pedido de apoio, pela Gráfica Turiscon – Turismo e Comércio, Lda. para o lançamento do livro do cantador das Capelas, João Luís “Mariano”.

Como forma de apoiar aquela iniciativa, e tendo em conta que o Sr. João Luís “Mariano”, é um cantador de longa data, residente nesta Vila e que leva a nossa tradição às comunidades emigrantes dos Estados Unidos da América e do Canadá, a Junta deliberou, por unanimidade, proceder à aquisição de 15 (quinze) livros pelo valor total de 215,95 € (duzentos e quinze euros e noventa e cinco cêntimos), acrescido do IVA à taxa de 4%.

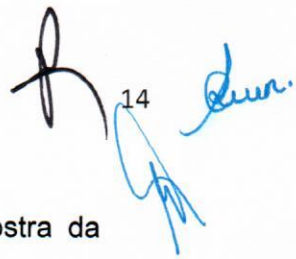
PONTO 7 – DECISÃO SOBRE ESTÁGIO DE ALUNOS DO CURSO PROFISSIONAL DE GESTÃO DO AMBIENTE (DL N.º 017/2016)

Foi endereçado a esta Junta de Freguesia um pedido da Professora Maria Clara Martinho Ferrão Castro, professora da Escola Secundária Domingos Rebelo, do Curso Profissional de Gestão do Ambiente, a solicitar um estágio (formação), para os alunos integrados aquele curso.

O pedido consiste na realização de uma formação em contexto real de trabalho (FCT - estágio) não renumerada, abrangida pelo seguro escolar e sem quaisquer encargos para a entidade de acolhimento.

Apreciado o pedido, a Junta deliberou, por unanimidade, a integração de 2 (dois) alunos, preferencialmente residentes na Vila de Capelas, no período entre 3 de maio e 28 de junho, acolhendo assim alunos do 12.º ano de escolaridade. De acordo com as premissas do estágio será proposto pela Junta o desenvolvimento de um estágio que vá de encontro com os interesses de cariz ambiental da autarquia, nomeadamente:

- Criação de projeto de sensibilização ambiental para escolas do primeiro ciclo locais;
- Aplicação do referido projeto em contexto escolar;
- Criação e distribuição de panfletos de sensibilização ambiental (orla costeira);

- 
- Identificação de focos problemáticos com registo fotográfico;
 - Criação e aplicação de inquéritos ambientais a realizar a uma amostra da população;
 - Outros projetos ou dinâmicas consideradas pertinentes por ambas as partes.

Mais deliberou a Junta dar conhecimento desta decisão à professora Maria Clara Martinho Ferrão Castro.

PONTO 8 – APRECIACÃO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2015/2016 DA EBI DE CAPELAS (DL N.º 018/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo um Plano de Atividades da EBI de Capelas para o ano letivo 2015/2016, remetido pela professora Rita Correia.

Analizado o referido plano que consiste nas seguintes atividades: “Palestra sobre a importância do Poder Local”; “Reutilização e decoração de contentores de lixo”; “Colaboração no Projeto Piloto para aumentar a adesão da população para a prática da separação de plásticos e metal”; e “Intercâmbio escolar com a Escola Secundária Domingos Rebelo”, a Junta deliberou, por unanimidade, apoiar aquela escola na concretização das atividades referidas.

PONTO 9 – APRECIACÃO DO MAPA DE TREINOS APRESENTADO PELO CLUBE DESPORTIVO SANTA CLARA PARA A ÉPOCA 2016/2017 (DL N.º 019/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo, pelo Clube Desportivo de Santa Clara, um plano de treinos para a época desportiva de 2016/2017, no campo de jogos desta Vila, que consiste no seguinte: Júniores e Juvenis – 4 treinos por semana, de 2.ª a 5.ª feira; Iniciados – 3 treinos por semana, à 2.ª, 4.ª e 6.ª feira.

Apreciado o assunto, a Junta deliberou, por unanimidade, auscultar o Capelense Sport Clube quanto às suas intenções de utilização do Campo de Jogos na mesma época desportiva. O Executivo, atempadamente, agendará uma reunião com o Clube Desportivo Santa Clara na qual dará conhecimento da sua decisão e informará o clube do valor a cobrar para a utilização das instalações à semelhança da época desportiva transata.

PONTO 10 – DECISÃO DE CONSULTA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO (PEI) DO CAMPO DE JOGOS (DL N.º 020/2016)

Considerando que esta necessidade só pode ser suprimida com a abertura do presente procedimento, a Junta deliberou, por unanimidade, autorizar o procedimento de Ajuste Direto para a celebração do futuro contrato de prestação de serviços para a execução do Plano de Emergência Interno (PEI) do Campo de Jogos, com convite à empresa NORMA AÇORES, S.A..

15 *dur.*

PONTO 11 – APRECIÇÃO DE PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE PASTAS A4 PERSONALIZADAS (DL N.º 021/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo as propostas de três empresas especializadas para fornecimento de pastas A4 personalizadas e com o brasão da autarquia.

Apreciadas as propostas, e tendo em consideração que o preço mais vantajoso é o apresentado pela Tipografia Micaelense, a Junta deliberou, por unanimidade, adjudicar o fornecimento de 200 (duzentas) pastas A4 àquela empresa, pelo valor de 150,14 € (cento e cinquenta euros e catorze cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

PONTO 12 – APRECIÇÃO DO PEDIDO DE APOIO DO CAPELENSE SPORT CLUBE PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS (DL N.º 022/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo um pedido de apoio do Capelense Sport Clube para aquisição de equipamento desportivo para as Equipas Sub 10 e Sub 11 daquele clube. O valor da proposta apresentada pelo Capelense Sport Clube e solicitada à Empresa “INSCO – Insular de Hipermercados, S.A.”, é de 2.155,93 €, (dois mil, cento e cinquenta e cinco euros e noventa e três cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor na RAA.

Após apreciação do orçamento, a Junta deliberou, por unanimidade, solicitar ao Capelense Sport Clube a apresentação de mais dois orçamentos para aquisição do equipamento desportivo, os quais serão, posteriormente, apreciados em futura reunião de Junta.

PONTO 13 – REQUERIMENTO PARA A CONCESSÃO DE OSSÁRIO INDIVIDUAL DO CEMITÉRIO (DL N.º 023/2016)

Foi presente à apreciação do Órgão Executivo 1 (um) requerimento para concessão de ossário individual no Cemitério de Capelas:

- Requerimento n.º 011/2016, com data de 25/02/2016, da senhora Maria dos Milagres Ana Viveiros, nascida a 17/11/1950, no estado civil de viúva, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04850219 7ZY2, emitido pela República Portuguesa, residente na Rua Dr. Carlos Bettencourt n.º 16, 9500-652 Relva – Ponta Delgada.

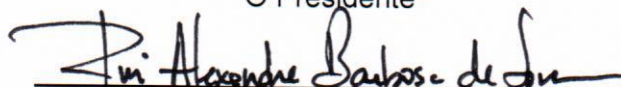
Apreciado o requerimento e confirmados os dados, a Junta, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, emitir o alvará de concessão de ossário, para a requerente acima mencionada, sendo-lhe atribuído o ossário n.º 27, do módulo A, da 16.ª secção do Cemitério de Capelas.

PONTO 14 – DECISÃO SOBRE O APOIO A CONCEDER À ESCOLA EBI/JI DOS POÇOS (DL N.º 024/2016)

Considerando a aproximação das festividades da Páscoa, a Junta deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio no valor de 100,00 € (cem euros), à Escola EB1/JI dos Poços, uma vez que naquele estabelecimento de ensino existem cerca de 35 alunos residentes na Vila de Capelas.


Não havendo outros assuntos agendados e a tratar, e sendo vinte e duas horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual, e para constar, lavrou-se a presente ata nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que por mim, Carla Alexandra Melo Reis, foi secretariada e que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os membros deste Executivo.

O Presidente




(Rui Alexandre Barbosa de Sousa)

O Secretário



(Norberto Manuel Rodrigues da Costa)

A Tesoureira



(Carla Alexandra Melo Reis)





ANEXO I – MOÇÃO

**“Valorização de aprendizagens inovadoras e inclusivas na Escola Básica
Integrada de Capelas”**



Assembleia Municipal de Ponta Delgada

Moção

“Valorização de aprendizagens inovadoras e inclusivas na Escola Básica Integrada de Capelas”

As sociedades inovadoras são produto de escolas abertas, dinâmicas e inclusivas, que valorizaram a sua ação conjunta com a comunidade local.

Uma estratégia de referência sustentada na valorização da qualidade das aprendizagens em espaços educativos no concelho de Ponta Delgada é um direito da sociedade e em particular de cada comunidade educativa e um dever ao qual as entidades públicas estão obrigadas.

O percurso de aprendizagem das crianças e jovens inicia-se desde o primeiro contato com uma instituição educativa. A educação é um meio privilegiado de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Na sociedade do século XXI existe à volta das práticas educativas inovações próprias do sistema educativo e das relações entre os alunos e professores e que extravasam os portões da escola incluindo-se numa sociedade baseada na aprendizagem, no saber e nas qualificações, onde a educação é simultaneamente condição para uma sociedade coesa, competitiva e progressiva.

As inovações e valorizações educativas concretizam-se pelas premissas da a) proteção e valorização dos alunos; b) estabilização e valorização do corpo docente e não docente, c) pelas suas estruturas físicas, d) dos seus projetos educativos diferenciadores e das e) parcerias com a sociedade,

O parque educativo de Ponta Delgada tem, ao longo dos anos, procurado garantir estas premissas em virtude do cumprimento das suas obrigações para a promoção e execução do direito à educação, quer seja pelo Governo dos Açores, da Câmara de Ponta Delgada e das suas vinte e quatro freguesias, seja pela construção ou requalificação de edifícios.

Todos os edifícios educativos de Ponta Delgada devem ter no seu património material e imaterial essas premissas. Qualquer edifício educativo que não responda a este património preocupa-nos.

A este propósito solidarizamos-nos com a necessidade de garantir a premissa, “pelas suas estruturas físicas”, que contribui para as inovações e valorizações educativas para a Escola Básica e Integrada de Capelas. Pelo que importa que a comunidade educativa reveja no seu edifício escolar as melhores condições para a prática do seu projeto educativo.

Por este instrumento, esta assembleia, representativa dos munícipes de Ponta Delgada, solicita que seja garantido, quando em situações alvo condizentes e justificativos, aos edifícios educativos de Ponta Delgada, e neste caso particular, para a Escola Básica e Integrada de Capelas:



- Segurança e bem-estar dos alunos, docentes e pessoal não docente nos espaços educativos promovendo a qualidade de vida escolar durante e após a intervenção a realizar no espaço;
- Criação de espaços interiores e de circulação que melhorem a prática educativa;
- Criação de espaços de convívios para alunos;
- Espaço de prática desportiva;
- Pavilhão desportivo Polidesportivo com dimensões adequadas para a prática de provas oficiais, para uso no contexto escolar e com acesso alternativo e aberto à comunidade;
- Reenquadramento do acesso dos autocarros à entrada na escola;
- Existência de um parque de estacionamento para autocarros e para as viaturas do corpo docente e não docente;
- Agregação de recursos pela partilha de instalações com a Escola Profissional de Capelas no que diz respeito às oficinas de trabalhos manuais;
- Estruturas para um Parque informático e laboratorial;
- Manutenção do auditório construído em 2001 e a criação de acessos para abertura a toda a comunidade;
- Aproveitamento de um espaço a ceder ao Grupo Folclórico da Escola Preparatória de Capelas para espaço de convívio e ensaios;
- Existência de espaço específico para os docentes para ainda mais dignificarem o seu trabalho;

As condições acima referidas preconizam um conjunto de necessidades que dão as melhores garantias tangíveis do sucesso escolar que todos almejamos.

Estamos convictos que após concluída a intervenção que certamente será a mais adequada, teremos uma escola que dignificará e acolherá com segurança e qualidade toda a comunidade escolar, beneficiando de uma abertura e parceria às entidades locais.

Esta moção que toma igualmente a forma de interpelação ao Sr. Secretário, solicitando que se digne a garantir que o processo que se iniciou na Escola Básica Integrada de Capelas garantirá as condições acima referidas e o envio de informação adicional a este órgão sobre a situação em apreço em conformidade com as dinâmicas próprias do desenvolvimento da situação.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ponta Delgada, aprove esta moção, dando conhecimento ao Governo dos Açores, à comunidade educativa da Escola Básica e Integrada de Capelas, às assembleias de freguesia de São Vicente, de Capelas, de Santo António, Santa Bárbara, Remédios, Ajuda da Bretanha e Pilar da Bretanha, às assembleias de escola do 1º ciclo, às associações de pais das escolas, aos docentes, aos responsáveis das creches e jardins-de-infância de todas as freguesias acima referidas e ao conselho local de educação.

Ponta Delgada, 29 de fevereiro de 2016

Os deputados municipais